

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - CAMPUS DE CODÓ

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA

NÍVEA THAÍS CHAGAS SILVA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO BRASIL, UMA REFLEXÃO
ACERCA DO PROGRAMA MÍDIAS NA EDUCAÇÃO**

CODÓ-MA

2018

NÍVEA THAÍS CHAGAS SILVA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO BRASIL, UMA REFLEXÃO
ACERCA DO PROGRAMA MÍDIAS NA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em Informática da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Informática.

Orientador: Prof. Me. Lanyllo Araújo dos Santos.

CODÓ-MA

2018

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO BRASIL, UMA REFLEXÃO
ACERCA DO PROGRAMA MÍDIAS NA EDUCAÇÃO**

NÍVEA THAÍS CHAGAS SILVA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em
Informática da Universidade Federal do Maranhão -
Campus Codó, como requisito parcial para obtenção do
grau de Licenciada em Informática.

Aprovada em ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Lanyllo Araújo dos Santos
Orientador

Prof. Esp. Wolney de Jesus Campos Costa
1º Examinador

Prof. Me. Rondinelle Luís Silva de Sousa
2º Examinador

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, minha
fortaleza, a minha filha, Ana Teresa, a minha mãe
Francisca, a meu esposo Renato Júnior e a minha avó
Teresinha (in memoriam).

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Chagas Silva, Nívea Thaís.

Formação Continuada de professores no Brasil, uma reflexão acerca do Programa Mídias na Educação / Nívea Thaís Chagas Silva. - 2018.

56 p.

Orientador(a): Lanylldo Araújo dos Santos.

Monografia (Graduação) - Curso de Licenciatura em Informática, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2018.

1. Educação a distância. 2. Formação Continuada de Professores. 3. Informática na Educação. 4. Programa Mídias na Educação. I. Araújo dos Santos, Lanylldo. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder saúde, força e perseverança para lutar e não desistir em meio as dificuldades encontradas ao longo desse árduo caminho.

A minha família, em especial minha filha, Ana Teresa, motivo pelo qual continuo lutando, minha mãe e a meu pai, Francisca Chagas e Marcos, meu esposo, Renato Júnior, minhas irmãs, Larissa e Robenilda e meus sobrinhos, Emanuel, Miguel, Rafael e Maria Catarina, por sempre acreditarem em mim e estarem ao meu lado, me apoiando e fortalecendo nos momentos difíceis.

A minha segunda família, a tropa de elite, um grupo no qual fazem parte pessoas da minha mais alta estima, tia Benedita, Chiquinho, Raimunda, Dó, Deidiane, França, Leny, Lethycia, Paulo Henrique, Paulo Leles, enfim, todos que fazem parte dessa irmandade.

Aos amigos que conquistei durante esse período na universidade, em especial, Lorena Lima, Maria de Nazaré (Naza), Karla, Irene e Weliton (Neneco) que nunca me deixaram desistir, Jardel, pelos os esforços prestados a mim e a minhas amigas nas disciplinas de programação.

A minha amiga, Francy, uma pessoa muito especial para mim, e que me aguenta a mais de uma década, desde o ensino médio.

E a um grande amigo da minha família, que eu chamo carinhosamente de Tio Júnior, um professor de matemática competentíssimo, que sempre me auxiliou nas disciplinas matemáticas, desde o ensino fundamental até a graduação. Não tenho palavras para agradecer tudo que fez por mim!

Aos companheiros e amigos do GETE, Maria da Penha, Lidiane Carlos, em especial, Raimunda Nonata (Mundinha), Francisco, Lanyllo e Idovaldo (Dó), por me ajudarem nos momentos mais difíceis do curso (nas disciplinas de lógica e programação) e por nunca medirem esforços para me ajudar.

A meu orientador e amigo Prof. Me. Lanyllo Araújo, pelos ensinamentos, pela paciência, comprometimento e dedicação durante a construção deste trabalho.

Aos meus professores, pelos conhecimentos transmitidos, por me mostrarem novos caminhos e ampliarem meus conhecimentos, contribuindo bastante para minha vida acadêmica

e profissional. Ao Prof. Dr. Ângelo Rodrigo Bianchini, Luís Carlos e Inaldo Costa, Wolney Campos pela paciência e dedicação, enquanto docentes dessa instituição.

Ao coordenador do curso Prof. Dr. Alex Lima, pela atenção, incentivo e preocupação dedicados a todos nós, alunos de Informática.

A todos os funcionários da UFMA, campus Codó, sr. Edvaldo, sr. Arimatéa, Rita Maria, Janaína, e os demais que fazem deste campus uma grande família. Aos funcionários terceirizados, pela dedicação no seu trabalho e por estarem sempre disposto a nos ajudar, em quanto alunos desta instituição, em especial, a Francisca, Graça, Maria, sr. Domingos, Nazaré, Nonatinho e Márcio, que também se tornaram meus amigos, muito obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a analisar a utilização dos recursos tecnológicos no âmbito da formação continuada de professores, apresentando um histórico da formação docente e da formação continuada de professores a distância no Brasil, destacando a evolução quanto as políticas públicas e leis voltadas para esse contexto, além de conceitos como Informática na Educação. Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico, onde desenvolvemos um aporte teórico sobre formação, um recorte do Programa de formação Continuada de Professores Mídias na Educação, conhecendo o funcionamento, estrutura, abrangência e fazendo ainda uma análise do currículo desse programa, afim de compreender sua aplicação e colaboração para a prática docente, bem como para o processo ensino/aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVES: Formação Continuada de Professores; Programa Mídias na Educação; Educação a distância.

ABSTRACT

The present search propose it's to analyze the technologies resources in the ambit of continued formation of teachers, presenting a historic of docent formation and the continued formation of teachers by distance in Brazil, detaching the evolution whenever by public politics and lows backed for this context, beyond of concepts how Informatic in Education. For this, was realized a exploratory search of character bibliographic, where developed a theoretical support about formation, a treat of the Program of Continued Formation of Teachers Midias in Education, knowliding the functionalliment, structure, abrangence and making analyze this program, by end of understand your application and collaboration for the docent practic, well como for the process teach-aprendizanship.

KEYWORDS: Continued Formation of Teachers; Midias in Education; Education by Distance.

SIGLAS

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIED – Centro de Informática na Educação

CLATES – Centro Latino-Americano

CEFAM's – Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério

DEB – Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica

DED - Diretoria de Educação à Distância

FNDE – Fundo de Desenvolvimento da Educação

HEM – Habilitação Específica em Magistério

HQ – Histórias em Quadrinhos

IES – Instituições de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC- Ministério da Educação

NUTES – Núcleo de Tecnologia Educacional para Saúde

PREMEN – Programa de Expansão e Melhoria de Ensino

SEB – Secretaria de Educação Básica

SEED – Secretaria de Educação à Distância

TIC's - Tecnologias da Informação e Comunicação

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UNIFAP – Universidade Federal de Amapá

UFC – Universidade Federal do Ceará

UESB – Universidade Estadual da Bahia

UnB – Universidade de Brasília

UFG – Universidade Federal do Goiás
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFDP – Universidade Federal da Paraíba
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE – Universidade Rural de Pernambuco
UFPI – Universidade Estadual do Piauí
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
UFRR – Universidade Federal de Roraima
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSE – Universidade Federal de Sergipe
USP – Universidade de São Paulo
UFT – Universidade Federal do Tocantins

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....39

Quadro 2.....43

Quadro 3.....46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	37
Figura 2.....	38
Figura 3.....	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Objetivos.....	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 Histórico da Formação Docente no Brasil.....	17
2.2 Formação Continuada de Professores.....	24
2.2.1 Formação Continuada e programas de formação do MEC.....	24
2.2.2 Formação Continuada de Professores a Distância.....	27
2.3 Informática na Educação.....	30
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
2.4 Programa de Formação Continuada Mídias na Educação.....	34
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
5 REFERÊNCIAS.....	54

1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é a Formação Continuada de Professores, entretanto, fez-se um recorte sobre o Programa Mídias na Educação, um programa do Ministério da Educação (MEC) em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES), que tem como público alvo professores da educação básica, tratamos ainda da evolução na Formação Continuada de Professores, dos avanços no âmbito das políticas públicas voltadas para essa questão, chegando até a Formação Continuada de Professores à Distância, destacando a importância da Informática na Educação e sua contribuição para o processo ensino e aprendizagem.

A formação continuada de profissionais tornou-se fundamental nos dias de hoje, o mundo tecnológico exige um profissional atualizado e sempre apto a aprender coisas novas, e a realidade do professor não difere das demais profissões, tendo em vista, que a tecnologia alcançou todas as esferas, inclusive a educação e as escolas. Por isso, a demanda por um profissional dotado de capacitações é cada vez maior.

Contudo, a formação continuada de professores não é uma preocupação recente, pois após a Revolução Francesa, no século XIX, quando iniciou a chamada instrução popular, que foi o movimento que deu início ao sistema de educação pública no Brasil, posteriormente dando lugar para criação da escola Normal, como instituição responsável por formar professores para atuar em escolas primárias (SAVIANI, 2009).

Nessa perspectiva, a reforma no programa de estudos da Escola Normal provocou o aprimoramento dos conteúdos curriculares já existentes, que consistiu no enriquecimento dos mesmos, destacando ainda os exercícios práticos. Apesar do padrão da Escola Normal ter se firmado por todo Brasil, a disseminação das escolas não revelou grandes avanços, e depois da primeira década republicana o impulso da reforma se abateu.

O surgimento dos institutos de educação deu início a uma nova etapa, inspirados no ideário da Escola Nova, estes foram criados como ambientes de cultura da educação, servindo como objeto de ensino e de pesquisa. Posteriormente, os Institutos de Educação do Distrito Federal, concebido e implantado por Anísio Teixeira em 1932 e o de São Paulo, implantado por Fernando Azevedo em 1933, foram elevados ao nível universitário, e se tornaram o eixo dos estudos superiores de educação. O Instituto paulista passou a integrar a Universidade de

São Paulo, criada em 1934, e o Instituto Carioca foi integrado a Universidade do Distrito Federal, fundada em 1935 (SAVIANI, 2009).

Em 1964, com o golpe militar, foram impostas algumas adaptações na esfera educacional, que foram efetivadas por meio de alterações na legislação do ensino. Com a lei n. 5.692/71, ocorreram mudanças nos ensinos primário e médio, que tiveram suas nomenclaturas alteradas, passando a serem chamados de primeiro e segundo grau, respectivamente. Com essa nova organização as Escolas Normais desapareceram, sendo substituídas pela habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). Em 1972, foi aprovada a habilitação específica do magistério, pelo parecer n. 349/72, estruturada em duas modalidades básicas, a primeira com duração de três anos, onde o professor seria habilitado a lecionar até a 4ª série e a segunda com quatro anos de duração, habilitando ao magistério até a 6ª série do primeiro grau (SAVIANI,).

A lei 5.692/71 instituiu ainda que a formação dos professores que atuariam nas últimas séries do 1º grau e para o 2º grau seria em nível superior, em cursos de licenciatura curta, com duração de três anos ou plena, com duração de quatro anos. A responsabilidade de formar professores para habilitação específica em magistério e formar especialistas em educação ficou atribuída ao curso de Pedagogia. A partir 1980, eclodiu-se um extenso movimento em prol da reformulação dos cursos de licenciatura e pedagogia.

Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 20 de dezembro de 1996, foram incluídos os institutos superiores de educação e as Escolas Normais Superiores como alternativas ao curso de pedagogia e licenciatura. Várias mudanças ocorreram ao longo das últimas décadas no processo de formação docente no Brasil, mas embora muito se tenha alcançado nesse processo, os resultados atingidos ainda são bem modestos. Pois, apesar das ininterruptas mudanças não se atingiu um padrão de formação docente razoavelmente sólido, que pudesse atender as necessidades e resolver minimamente os problemas enfrentados pelo país.

Entretanto, nos últimos anos tivemos um crescimento considerável no número de iniciativas voltadas para a formação continuada, como, políticas, discursões, programas e cursos envolvendo a formação continuada de professores. As mudanças que a sociedade vem sofrendo contribuiriam bastante para o progresso de formação.

Atualmente a sociedade passa por um acelerado e constante avanço tecnológico e social, onde se procura rapidez, flexibilidade e eficácia na realização das atividades do dia a dia. Dessa maneira, os avanços tecnológicos têm contribuído consideravelmente no desenvolvimento da educação no país, assim como na Formação de Professores.

Com a expansão dessas inovações tecnológicas surgiram inúmeras ações destinadas a Formação Continuada de Professores, como os programas oferecidos pelo Ministério da Educação (MEC): Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, ProInfantil, Plano Nacional de Formação de Professores – Parfor, ProInfo Integrado, e-Proinfo, Pró-letramento, Gestar II, Rede Nacional de Formação Continuada de Professores e Programa de Formação Continuada Mídias na Educação. Esses programas oferecem formação inicial e continuada para professores que atuam na educação básica da rede pública de ensino, nas modalidades presencial e a distância, de modo que os cursos atendam os docentes que habitam lugares de difícil acesso e longe dos grandes centros universitários, democratização assim o acesso ao ensino.

A Formação Continuada de Professores é de suma importância para o desenvolvimento profissional do docente e para a aprendizagem do aluno, e conseqüentemente para melhoria e fortalecimento do ensino. Pois, a Formação Continuada de Professores tem o intuito de capacitá-los de maneira a obter resultados mais satisfatórios no processo ensino/aprendizagem, buscando assim uma educação de maior qualidade.

Neste trabalho faremos um recorte do Programa de Formação Continuada Mídias na Educação, um programa do MEC em parceria com a Secretaria de Educação a Distância, criado em 2005, esse programa é parte das iniciativas do governo de ampliação das Tecnologias da Informação e Comunicação TIC's no âmbito da escola pública, tendo como principais objetivos: destacar as linguagens de comunicação mais adequadas aos processos de ensino e aprendizagem; incorporar programas da SEED (TV Escola, Proinfo, Rádio Escola, Rived), das instituições de ensino superior e das secretarias estaduais e municipais de educação no projeto político-pedagógico da escola e desenvolver estratégias de autoria e de formação do leitor crítico nas diferentes mídias. (MEC, 2017)

O Mídias na Educação se expandiu por todo Brasil, em parceria com universidades dos estados e Distrito Federal, no Maranhão, a Universidade Federal do Maranhão - UFMA, começou a ofertar o curso em 2007.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos, introdução, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos e considerações finais. Vejamos a seguir cada um deles.

No capítulo 1, a introdução, fizemos um breve apanhado do conteúdo do trabalho, destacando os pontos mais importantes do mesmo, de maneira a situar o leitor quanto ao tema deste.

No capítulo 2, a fundamentação teórica, organizamos um histórico da Formação Continuada no Brasil, destacando os períodos de maior relevância, tais como: Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890); Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932); Organização dos Institutos de Educação (1932-1939); Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971); Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996); Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006), além de versarmos seções sobre a Formação Continuada de professores a distância, os programas de formação ofertados pelo MEC e Informática na Educação.

No capítulo 3, os procedimentos metodológicos, desenvolvemos uma pesquisa com base bibliográfica, inicialmente buscando referências sobre Informática na Educação e Formação Continuada de Professores, posteriormente aprofundando a pesquisa no Programa de Formação Continuada Mídias na Educação, fazendo uma reflexão, análise do currículo, bem como apresentando a estrutura e funcionamento do curso.

No quarto e último capítulo, as considerações finais, buscamos fazer uma reflexão dos assuntos abordados neste trabalho, apresentamos os principais passos do desenvolvimento da pesquisa, os resultados alcançados e as dificuldades surgidas ao longo do trabalho.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral:

Analisar a utilização dos recursos tecnológicos no âmbito da formação continuada de professores.

1.1.2 Objetivos específicos:

- Apresentar um aporte teórico pertinente a Formação Continuada de Professores;

- Analisar os avanços no âmbito da Formação Continuada quanto às políticas públicas criadas ao longo dos anos;
- Discutir o currículo do Programa de Formação Continuada Mídias na Educação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

A formação de professores não é uma preocupação atual, pois há relatos de inquietação a cerca desta questão desde séculos passados, como enfatiza o autor,

A necessidade da formação docente já fora preconizada por Comenius, no século XVII, e o primeiro estabelecimento de ensino destinado à formação de professores teria sido instituído por São João Batista de La Salle, em 1684, em Reims, com o nome de Seminário dos Mestres (DUARTE, 1986, p.65).

No entanto, o caso da formação de professores pleiteou uma resposta institucional apenas no século XIX, quando, após a Revolução Francesa, foi colocado a questão da instrução popular. É a partir daí que se inicia o processo de criação de Escolas Normais como instituições responsáveis por preparar professores. A Escola Normal objetivava formar professores para atuarem no magistério da instrução primária e dar formação aos professores que já estavam atuando, mas que não haviam adquirido instrução.

No Brasil essa preocupação com a formação de professores teve início alguns anos após as primeiras instituições chamadas de Escola Normal serem introduzidas em outros países. Segundo Saviani (2009, 144), no Brasil a questão do preparo dos professores emerge de forma explícita após a independência (7 de setembro de 1822), quando se cogita a organização da instrução popular. A partir daí, avaliando a questão pedagógica em discussão com as mudanças que ocorreram na sociedade brasileira ao longo dos últimos séculos, podemos destacar períodos de grande importância na história da formação de professores no Brasil, como:

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890);
2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932);
3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939);
4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971);

5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996);
6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006).

Se falará adiante, de forma mais detalhada, dos períodos acima citados, quando foi colocado a questão da instrução popular, dando destaque aos períodos que marcaram a formação de professores.

2.1.1 Ensaios intermitentes de formação de professores (1827-1890)

Esse período teve início com o regulamento da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que impunha aos professores se instruírem no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.

No decorrer do período colonial, desde os colégios jesuítas, passando pelas reformas pombalinas até os cursos superiores criados a partir da chegada de D. João VI em 1808, não se demonstra nenhuma preocupação perceptível com o caso da formação de professores. Foi a partir da Lei das Escolas de Primeiras Letras, promulgada em 15 de outubro de 1827, que essa preocupação começou a surgir. Quando foi estabelecido que o ensino nas escolas precisaria ser elaborado pelo método mútuo ou método Lancaster (lancasteriano), que consistia na divisão dos alunos em grupos e sob a monitoração dos alunos mais adiantados, estes auxiliavam os alunos com maior dificuldade em atividades como, leitura, escrita e cálculo, o artigo 4º da referida lei designa que os professores deverão ser habilitados com esse método, arcando com suas próprias despesas, nas capitais das respectivas províncias.

A instrução primária foi colocada sob responsabilidade das províncias após a publicação do Ato Adicional de 1834, estas aderem à formação de professores, com a fundação das Escolas Normais, sentido que vinha sendo tomado pelos países europeus. Em 1835, a província do Rio de Janeiro institui em Niterói a primeira escola Normal do Brasil, saindo à frente da maioria. Seguindo a mesma linha ainda no século XIX as províncias da: Bahia, 1864; Mato Grosso, 1842; São Paulo, 1846; Piauí, 1864; Rio Grande do Sul, 1869; Paraná e Sergipe, 1870; Espírito Santo e Rio Grande do Norte, 1873; Paraíba, 1879; Rio de Janeiro (DF) e Santa Catarina, 1880; Goiás, 1884; Ceará, 1885; Maranhão, 1890. Entretanto, essas escolas tiveram existência salteada, foram fechadas e reabertas com certa regularidade. (SAVIANI, 2009)

As Escolas Normais recomendavam uma formação específica, tencionando a capacitação de professores para as escolas primárias. Devendo, pois, nortear-se pelas coordenadas pedagógico-didáticas, do contrário a essa perspectiva, prevaleceu nas Escolas Normais a preocupação com o domínio dos conhecimentos que seriam transmitidos nas escolas de primeiras letras.

Apesar de ter sido aderida em 1835, o método normalista de formação docente somente assumiu uma estabilidade efetiva após 1870, perdurando ao longo do século XIX como uma possibilidade sujeita a contestações. Couto Ferraz, considerava as Escolas Normais enfadonhas, ineficiente e insignificantes, haja vista que o número de alunos formados era quantitativamente pequeno. Couto Ferraz, o então presidente da província do Rio de Janeiro, acabou fechando a Escola Normal de Niterói, 1849, dando lugar aos professores adjuntos, norma adotada no Regulamento de 1854 quando exercia o cargo de Ministro do Império. (SAVIANI, 2009)

Dessa forma os professores adjuntos atuavam como ajudantes do regente da classe, aperfeiçoando-se nas matérias e práticas de ensino, assim seriam preparados novos professores, sem a necessidade de instalação de Escolas Normais. No entanto, essa via de formação não se desenvolveu e os cursos normais continuaram sendo instalados, e a pioneira, a escola de Niterói foi reaberta em 1859.

2.1.2 Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932)

Considera-se que com a reforma da instrução pública do estado de São Paulo estabelecida em 1890 consolidou-se o padrão de organização e funcionamento das Escolas Normais. De acordo com os líderes reformadores, *“sem professores bem preparados, praticamente instruídos nos modernos processos pedagógicos e com cabedal científico adequado às necessidades da vida atual, o ensino não pode ser regenerador e eficaz”* (São Paulo, 1890), ou seja, se os professores não capacitados com métodos de ensino e aprendizagem mais modernos e que acompanham o momento que vivemos hoje, o ensino não terá êxito, pois será enfadonho e ineficaz. Tendo em vista que a Escola Normal então existente errava oferecendo um programa de estudo insuficiente e pela preparação deficiente dos alunos.

Duas vertentes marcaram essa reforma: o enriquecimento dos conteúdos curriculares anteriores e a ênfase nos exercícios práticos de ensino, cujo ponto que caracterizou foi a criação da escola-modelo anexa à Escola Normal, sendo assim a principal inovação da reforma. Os reformadores assumiram os custos de sua instalação e centralizaram a preparação dos novos

professores nos exercícios práticos, admitindo a consciência de que, não se estaria propriamente formando professores, se não estivesse ratificando de maneira deliberada e sistemática a organização pedagógico-didático por intermédio da ordenação curricular.

A primeira Escola Normal a passar pela reforma foi a da cidade de São Paulo - SP, em seguida se estendeu para as principais cidades do interior, se tornando referências para os demais estados do país, que enviavam os seus professores para observar seus métodos e estagiar em São Paulo - SP. Isto posto, foi se fixando o padrão da Escola Normal que se expandiu por todo Brasil.

2.1.3 Organização dos Institutos de Educação (1932-1939)

Mesmo tendo se fixado a partir da reforma paulista o padrão da Escola Normal, depois da primeira década republicana (1888-1900), o impulso reformador foi sucumbido. E a disseminação do padrão comprometido, tornando os avanços então esperados pouco significativos. A decadência do padrão normalista deu ainda mais ênfase ao padrão dominante, concentrado na preocupação com a propriedade dos conhecimentos a serem transmitidos.

Começaram a surgir, os institutos de educação, criados como espaços de cultivo de educação, encarados também como objeto de pesquisa e não somente de ensino, dando início a um novo ciclo. As iniciativas mais importantes nesse sentido foram o Instituto do Distrito Federal, idealizado e implantado em 1932 por Anísio Teixeira e dirigido por Lourenço Filho e o Instituto de São Paulo, este implantado por Fernando Azevedo em 1933. Ambos sob inspiração do ideário da Escola Nova (SAVIANI, 2009).

O decreto de número 3.810 de 19 de março de 1932, instituiu a reforma, com isso Anísio Teixeira se dispôs a extinguir aquilo que ele julgava ser o “vício de constituição” das Escolas Normais, que aspirava ser, simultaneamente, escolas de culturas geral e profissional, fracassando lastimavelmente nos dois objetivos (VIDAL, 2001, p. 79). Para isso, a então Escola Normal modificou-se, dando lugar a Escola de Professores, que já no primeiro ano trazia no currículo as seguintes disciplinas:

1. Biologia educacional;
2. Sociologia educacional;
3. Psicologia educacional;

4. História da educação;
5. Introdução ao ensino, contemplando três vertentes: a) princípios e técnicas; b) matérias de ensino englobando cálculo, leitura e linguagem, literatura infantil, estudos sociais e ciências naturais; c) prática de ensino, realizada mediante observação, experimentação e participação.

Ante aos fatos, observa-se que os institutos de educação foram projetados e organizados de modo a integrar as exigências da pedagogia, que procurava se fixar como um conhecimento de cunho científico. Seguia-se definitivamente em direção da consagração do modelo pedagógico-didático de formação docente que autorizaria a correção das insuficiências e distorções das antigas Escolas Normais.

2.1.4 Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971)

Os Institutos de Educação do Distrito Federal e do estado de São Paulo alcançaram o nível universitário, e tornaram-se o alicerce dos estudos superiores de educação. O Instituto paulista foi integrado à Universidade de São Paulo, fundada em 1934, já o carioca passou a integrar a Universidade do Distrito Federal, fundada em 1935, quando a capital do Brasil era o Rio de Janeiro.

Os cursos de formação de professores para escolas secundárias se estruturaram sobre essa base, se difundindo por todo país desde o decreto de lei Nº 1.190, de 04 de abril de 1939, que permitiu estruturação definitiva à Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Tornando-se a instituição referência para as outras escolas de nível superior, esse decreto resultou num estalão, que se espalhou por todo Brasil, compondo o esquema 3+1 aderido na organização dos cursos de licenciatura e pedagogia. Os primeiros habilitavam professores para lecionar as várias disciplinas que integram os currículos das escolas secundárias; os segundos habilitavam os professores para o exercício da docência nas Escolas Normais. Nos dois casos prevaleceu o mesmo esquema: três anos para o estudo das disciplinas específicas e um ano para formação didática.

A formação de professores quando generalizada abortou sua referência primordial, cujo esteio eram as escolas experimentais às quais competia prover um eixo de pesquisa que desejava dar caráter científico aos processos formativos.

Quando diz respeito ao ensino normal, a orientação permaneceu a mesma, com a aprovação em âmbito nacional do decreto de lei Nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946, intitulada de Lei Orgânica do Ensino Normal. O curso normal, em harmonia com os outros cursos de nível secundário, nessa nova estrutura, foi dividido em dois ciclos: o primeiro equivale ao ciclo ginásial do curso secundário, com duração de quatro anos, que tinha o propósito de preparar regentes do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais regionais; o segundo ciclo equivalia ao ciclo colegial do curso secundário, com duração de três anos, cujo objetivo era formar professores do ensino primário e funcionaria também em Escolas Normais e nos institutos de educação. Estas instituições, além dos cursos mencionados, teriam ainda jardim de infância e escola primária anexos e forneceriam também cursos de especializações de professores primários.

Quando os cursos normais e os de licenciatura e Pedagogia foram criados concentraram a formação no aspecto profissional assegurado por um currículo constituído de um conjunto de disciplinas que seriam frequentadas pelos alunos, assim a escola-laboratório deixou de ser uma exigência.

2.1.5 Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996)

Com o golpe militar de 1964, foram exigidas adequações no campo educacional legítimas, por meio de transformações na legislação do ensino. A lei 5.692/71, resultou na modificação do ensino primário e médio, transformando sua nomenclatura para primeiro grau e segundo grau, respectivamente.

Com essa nova estrutura, as Escolas Normais foram extintas, abrindo espaço para habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). A habilitação específica do magistério foi aprovada em 06 de abril de 1972, pelo parecer 349/72, esta foi pautada em duas modalidades básicas: que capacitaria para lecionar até a 4ª série, com duração de três anos e carga horária de 2.200 horas; e a outra capacitaria para o magistério até a 6ª série do 1º grau, sendo essa última com duração de quatro anos e com carga horária de 2.900 horas (SAVIANI, 2009).

Uma habilitação de 2º grau ocupou o lugar do antigo Curso Normal. A formação de professores destinada ao antigo ensino primário, restringiu-se a uma habilitação dispersa em meio a tantas outras, caracterizando assim um quadro preocupante de precariedade.

Em 1982, o governo federal do Brasil movido pela seriedade evidente dos problemas, lançou o projeto Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAMs), que tinha como intuito a revitalização da Escola Normal. Mesmo obtendo resultados positivos o projeto foi interrompido, pois sua abrangência era quantitativamente limitada e também pela inconsistência de uma política que garantisse o aproveitamento dos professores formados pelos centros nas redes públicas (SAVIANI, 2009).

A lei 5.692/71 previu a formação de professores em nível superior, para atuação nas quatro últimas séries de 1º grau e para o 2º grau, em cursos de licenciatura curta com duração de 3 anos ou plena com duração de 4 anos. Concedeu-se ao curso de pedagogia, além da formação de professores para a habilitação específica de magistério a atribuição de formar especialistas em educação: diretores de escola, orientadores educacionais, supervisores escolares e inspetores de ensino.

A partir de 1980, um grande movimento pela reformulação dos cursos de pedagogia e licenciatura iniciou, adotando o princípio da “*docência como pilar da identidade profissional de todos profissionais de educação*” (SILVA, 2003, p. 68). Baseado nesse princípio, as instituições em sua grande maioria tenderam a fixar o curso de formação de professores para educação infantil e para séries iniciais do ensino de 1º grau (ensino fundamental) como responsabilidade dos cursos de Pedagogia.

2.1.6 Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006)

O cenário de mobilização dos educadores alimentou a expectativa de que o problema da formação docente no Brasil seria melhor avaliado após o fim do regime militar (1964-1985). Depois de diversas inconstâncias, a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi promulgada, em 20 de dezembro de 1996, mas não correspondeu às expectativas. Pois os Institutos Superiores de educação e as Escolas Normais foram inseridos como uma alternativa aos cursos de Pedagogia e licenciatura.

Em decorrência desse sutil delineamento histórico percebemos que, durante os dois últimos séculos (XIX e XX), as consecutivas mudanças incorporadas ao processo de formação docente demonstram um cenário de descontinuidade, mesmo não havendo colapsos. A princípio inexistente, a questão pedagógica, vai sendo introduzida aos poucos até tomar posição central nos ensaios de reformas no decorrer da década de 1930 (SAVIANI, 2009).

Portanto, o que se mostra perene ao longo dos seis períodos explorados é a precariedade das políticas formativas, das quais mudanças consecutivas não alcançaram um padrão minimamente coerente de preparação docente para fazer frente aos problemas defrontados pela educação escolar em nosso país.

2.2 Formação Continuada de Professores

2.2.1 Formação continuada e programas de formação do MEC

A problematização da formação de professores se caracterizou do século XIX em diante, mas isso não quer dizer que o fenômeno da formação de professores não tenha surgido antes dessa ocasião. Pois, no século XI, já existiam escolas, tipificadas pelas universidades edificadas nesse mesmo século e pelos colégios de humanidades, que expandiram a partir do século XVII. Como categoria de instituição, as universidades se ocupavam das intituladas “artes liberais” ou intelectuais, opondo-se às “artes mecânicas” ou manuais, os professores das escolas inferiores eram formados, pois lhes ensinavam os conhecimentos que seriam transmitidos nas escolas citadas. No entanto, a exigência de universalização do conhecimento essencial encaminhou à organização dos sistemas educacionais de ensino. Esses sistemas foram criados como um grupo amplo instituído por um número elevado de escolas pautadas segundo o mesmo padrão, perceberam-se diante da questão de formar professores, agora também em grande proporção, para atuar nas escolas públicas. Com o intuito de sanar esse problema foram criadas as Escolas Normais, de nível médio, para preparar os professores primários, ficando o nível superior sob responsabilidade de formar os professores secundários (SAVIANI, 2009).

Nos últimos anos tem-se presenciado um grande avanço e expansão da tecnologia e da globalização, e assim também acontece com os conhecimentos, evoluem de forma vertiginosa. A formação continuada, que está relacionada com a atualização/reciclagem e a continuidade da formação inicial e profissional tem sido apresentada quase como uma exigência. No caso do professor, essa exigência mostra-se como uma premissa para acompanhar o avanço do conhecimento e também como uma forma de redirecionamento das atuações do professor, almejando atender a novas necessidades educacionais.

Apresenta-se agora algumas concepções acerca da formação continuada de professores na temática das tecnologias aplicadas a educação. E em relação as concepções da formação de professores os autores Moraes, Pedrosa e Lima (2008) enfatizam que:

O sistema educacional brasileiro tem sofrido ao longo dos anos, bruscas e complexas modificações de acordo com a ordem social e política vigente. Assim, a política de formação de professores, como parte da reforma educacional implementada a partir da década de 1990, deve ser entendida como estratégia do denominado ajuste estrutural, que direcionou as reformas do estado brasileiro no plano econômico administrativo, inserida, portanto, em uma perspectiva de adaptação dos profissionais as novas exigências do sistema capitalista. (MORAES, PEDROSA E LIMA, 2008, p.16)

Conforme a citação acima podemos observar que o surgimento da política de formação de professores deu-se a partir da reforma no sistema educacional, partindo do pressuposto que o eixo da reforma seria a formação ou capacitação de professores, ou seja, os professores segundo a reforma teriam que se adaptar para atender aos requisitos do sistema capitalista.

Na perspectiva de Fabre (1992), o termo formação não pode ser confundido com os termos educação e instrução, ainda que estejam próximos, pois a formação tem finalidade e características distintas, e que lhes são próprias. Assim sendo, a formação é uma forma de aprimorar conhecimentos já existente e elaborar novos métodos com base nos já aplicados na prática profissional.

Fabre (1994, p) destaca ainda que “o aspecto pedagógico do termo formação, surgiu na França 1938, a partir dos decretos que instauraram a formação profissional”. Do ponto de vista pedagógico, o termo denota à ideia de qualificação por meio de um curso ou de diploma, ou sistema de formação de professores, ou ainda a programas de formação.

Retomamos um conceito de formação de Garcia (1999), ao qual percebemos que há aproximações com definições demonstradas por outros estudiosos do assunto:

a Formação de Professores é a área de conhecimentos, investigação e de propostas teóricas e práticas que, no âmbito da Didática e da Organização Escolar, estuda os processos através dos quais os professores – em formação ou em exercício – se implicam individualmente ou em equipe, em experiências de aprendizagem através dos quais adquirem ou melhoram os seus conhecimentos, competências e disposições, e que lhe permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem (GARCIA,1999, p.26).

Com base no autor mencionado anteriormente, podemos observar que o propósito da formação de professores é a busca constante por melhorias, tanto para prática docente, quanto para o ensino e aprendizado do aluno, visando um ensino público de qualidade. Conquistado através do empenho dos docentes em obter novos conhecimentos, competências e habilidades, que possam contribuir para o desenvolvimento da sua prática em sala de aula.

Nos últimos anos a formação docente tem chamado a atenção de estudiosos e também das autoridades governamentais, os mesmos vêm pesquisando e elaborando estratégias visando oferecer cursos e programas destinados a formação de professores que atendam às necessidades dos docentes bem como sistema educacional.

O conjunto dos programas insere-se em uma matriz educacional que articula três vertentes: formação de qualidade; integração entre pós-graduação, formação de professores e escola básica; e produção de conhecimento. Na base de cada ação da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) está o compromisso da CAPES de valorizar o magistério da educação básica (Fundação CAPES, 2017).

Apresenta-se a seguir alguns programas e cursos de formação de professores ofertados pelo Ministério da Educação, com o objetivo de qualificar o docente da educação básica para melhor atender as necessidades exigidas pelo momento de acelerado desenvolvimento tecnológico e de expansão do conhecimento que hoje vivenciamos. Vejamos, pois cada um deles abaixo (MEC, 2017).

1. **Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** – é um curso na modalidade presencial com duração de dois anos para professores alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano, a metodologia propõe estudos e atividades práticas. Os encontros com os Professores alfabetizadores são conduzidos por Orientadores de Estudo.
2. **PróInfantil** – é um curso em nível médio, na modalidade à distância. Destinado aos professores que atuam na educação infantil e não possuem formação específica em magistério.
3. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor)**– o Parfor atrai e estimula a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica.
4. **Proinfo Integrado** – é um programa direcionado ao uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC no cotidiano escolar.
5. **Pró-letramento** – É um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade da aprendizagem, da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. O programa é realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos estados e municípios
6. **Gestar II** – o programa Gestão de Aprendizagem Escolar oferece formação continuada em língua portuguesa e matemática aos professores dos anos finais (do sexto ao nono ano) do ensino fundamental em exercício nas escolas públicas. A formação possui carga horária de 300 horas, sendo 120 horas presenciais e 180 a distância (estudos

individuais) para cada área temática. O programa inclui discussões sobre questões prático-teóricas e busca contribuir para o aperfeiçoamento da autonomia do professor em sala de aula.

7. **Rede Nacional de Formação Continuada de Professores** – a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores foi criada em 2004, com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e alunos. O público alvo prioritário da rede são os professores de educação básica dos sistemas públicos de educação. (MEC, 2017)

Os cursos de especialização acima citados são disponibilizados em duas modalidades de ensino, presencial e a distância, oferecendo maior flexibilidade de horários, com o objetivo de descentralizar os cursos, que geralmente eram oferecidos nos grandes centros universitários, de modo que a formação chegue aos pequenos centros e atenda a um número cada vez mais expressivo de docentes, para que todos tenham direito a uma formação.

Esses programas e cursos de formação para professores são de suma importância para prática docente, pois analisam as dificuldades enfrentadas no processo ensino/aprendizagem, buscando alternativas na tentativa de apresentarem possíveis soluções para tais dificuldades.

2.2.2 Formação Continuada de Professores a Distância

Como foi visto anteriormente a Formação Continuada de Professores tem sido tratada como uma necessidade tanto profissional como pessoal.

Dessa forma, podemos observar nitidamente a importância dessa modalidade de formação para ação educativa. Pimenta (2001) destaca que, uma identidade profissional se constrói a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão da tradição.

Nessa perspectiva, a lei 9.394/90 Lei de Diretrizes e Bases da Educação apresentou dois desafios para a formação de professores no Brasil, ao determinar, em seu artigo 62, a exigência de formação em nível superior para o exercício da docência na educação básica e ao sugerir, no seu artigo 80, a oferta de programas a distância, em todos os níveis e modalidade de ensino.

Em 10 de dezembro de 2004, foi expedida a Portaria n.º 4.059, que preconiza, especificamente, a oferta de Educação a Distância nos cursos superiores. Essa portaria prevê a introdução, na organização pedagógica e curricular, dos cursos superiores reconhecidos, e a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial. Essa

oferta, no entanto, está restrita a 20% da carga horária total dos cursos, e as disciplinas podem ser ofertas parcial ou integralmente a distância, desde que os projetos pedagógicos integrem essa possibilidade e estejam autorizados nas instâncias competentes da instituição. Porém, as aberturas apontadas pelos artigos 80 e 81 da Lei 9.394, foi regulamentada, efetivamente, pelo Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que foi revogado posteriormente pelo Decreto n.º 5.622³, de 19 de dezembro de 2005, que regula o artigo 80 da LDB e, entre outros aspectos, define o que se entende por Educação a Distância no país e prevê a expectativa de se ofertar EaD desde a Educação Básica até a Pós-graduação (MEC, 2004).

Foi criada em 27 de maio de 1996, com a promulgação do Decreto n.º 1.917, a Secretaria de Educação a Distância (SEED) no Ministério da Educação (MEC), que elaborou diversas ações para essa modalidade, tais como Proinfo, TvEscola e Universidade Aberta do Brasil (UAB). Esta última ação ocorreu em 2005, em parceria com a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Empresas Estatais, na esfera do Fórum das Estatais pela Educação, com foco nas políticas e na Gestão da Educação Superior.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado no dia 08 de junho de 2006, por meio do Decreto n.º 5.800. Os primeiros cursos executados, no âmbito do Sistema UAB, resultaram da publicação de editais. O primeiro edital, publicado em 20 de dezembro de 2005, conhecido como UAB1, autorizou a concretização do Sistema UAB, através da seleção para integração e articulação das propostas de cursos, apresentadas, exclusivamente, por instituições federais de ensino superior, e as propostas de polos de apoio presencial, apontadas por estados e municípios. (PLANALTO, 2006)

O segundo edital, denominado UAB2, publicado em 18 de outubro de 2006, estendeu a primeira experiência ao consentir a participação de todas as instituições públicas, inclusive as estaduais e as municipais. Desde então, as ofertas de cursos, no âmbito desse Sistema, têm sido realizadas por intermédio de chamadas públicas da DED/CAPES.

O Sistema UAB é constituído por instituições públicas que oferecem cursos de nível superior, por intermédio do uso da metodologia da educação a distância, para democratizar e interiorizar o acesso da população ao ensino superior público de qualidade. O público, em geral, é atendido, mas têm prioridade de formação os professores que atuam na Educação Básica. Em

seguida, vêm os dirigentes, os gestores e os trabalhadores da área de Educação Básica dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal. De acordo com o Decreto 5.800, são objetivos do Sistema UAB:

- I - Oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada para professores da educação básica;
- II – Oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores da área de educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- III – Oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - Ampliar o acesso à educação superior pública;
- V – Reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país;
- VI – Estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- VII – Fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006).

Da citação acima, podemos compreender a importância que a UAB tem para o sistema educacional no Brasil, pois seu objetivo primordial é levar educação para os lugares mais remotos, de difícil acesso das instituições e menos favorecidos, com o intuito de capacitar os docentes da educação básica da rede pública de ensino. Democratizando e fortalecendo a modalidade de ensino a distância, bem como popularizando a educação e disseminando a formação tanto inicial como continuada.

Além dos cursos supracitados, o MEC oferece vários outros cursos a distância em nível de especialização, como: o curso de coordenação pedagógica, pacto nacional pela alfabetização na idade certa e o Mídias na Educação. Para mais informações veja (ESPECIALIZAÇÕES DO MEC, 2017).

O curso de especialização em coordenação pedagógica, é um curso de formação continuada e pós-graduada, que compõe o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, possui carga horária de 405 horas e é destinado aos profissionais que atuam em equipes de gestão pedagógica em escolas públicas de educação básica. O curso funciona de forma descentralizada, sob os cuidados das Instituições Públicas de Ensino Superior, que compõem os estados e o distrito federal, coordenados pela Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC e com o apoio da Secretaria de Educação a Distância (SEED) e do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (MEC, 2017)

Diante dessas mudanças que vêm ocorrendo no ensino, na escola e na sociedade como um todo nas últimas décadas com a expansão das tecnologias e da internet, observou-se a necessidade de capacitar professores e profissionais da educação para uso pedagógico das tecnologias e das mídias, já que o uso de tais ferramentas já é rotineiro em ambientes fora da escola. Então, o Ministério da Educação buscou atender essa necessidade dos professores e alunos, criando em 1998 o curso de especialização em mídias na educação, que é uma proposta caracterizada pela integração de diferentes mídias no processo de ensino e aprendizagem, o curso obedece toda legislação que regula os cursos de especialização à distância do Brasil. Com relação aos cursos à distância atende o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB), Decreto Nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998, Decreto 2.561 de 27 de abril de 1998 e Portaria do MEC Nº 301 de 7 de abril de 1998. (UFOP, 2016)

Atualmente o Mídias na Educação é um dos programas de formação continuada a distância mais importantes do país, visto que o curso visa contribuir para formação docente, propiciando ao professor aperfeiçoamento no uso pedagógico das novas tecnologias da informação e comunicação. Baseado na utilização e desenvolvimento de mídias (rádio, TV e vídeo, impresso e informática).

O Programa Mídias na Educação é uma iniciativa do MEC, desenvolvido pela SEED em parceria com Universidades públicas e Secretarias de educação, encarregadas pela produção, oferta e certificação dos módulos, além da seleção e capacitação dos tutores. O Mídias é organizado em estrutura modular, com três níveis de ensino e certificação: extensão, (básico), aperfeiçoamento (Intermediário) e especialização (avançado), oferecendo formação continuada para uso pedagógico da Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's.

2.3 Informática na Educação

O uso das tecnologias tem sido quase uma exigência no cotidiano de todo o mundo, visto que o processo de informatização e de globalização é contínuo e atinge todas as esferas da sociedade e da vida humana, inclusive a educação, que ao longo dos anos tem sofrido diversas mudanças nos métodos e nos instrumentos de aprendizagem, devido a esse processo de constante desenvolvimento tecnológico.

A Informática na Educação no Brasil nasceu a partir do interesse de educadores de universidades brasileiras motivados pelo o que já vinha acontecendo (o uso pedagógico de

ferramentas tecnológicas) em outros países, como Estados Unidos e França (VALENTE, 1999, p.14).

O Brasil deu os primeiros passos no caminho da informática educativa, em 1971, de acordo com o livro do Projeto EDUCOM (Andrade, P. F., & Albuquerque Lima, M. C. M., 1993), quando, pela primeira vez, se discutiu o uso de computadores no ensino de física na Universidade de São Paulo - Campus de São Carlos, em seminário promovido em colaboração com a Universidade de Dartmouth/EUA, que foi pioneira na discussão e utilização da informática como mediadora e facilitadora na aquisição de conhecimento e informações. As entidades responsáveis pelas primeiras investigações sobre o uso de computadores na educação brasileira foram: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (VALENTE, 1999).

Em 1973, Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Núcleo de Tecnologia Educacional para Saúde e o Centro Latino-Americano (Nutes/Clates) utilizou o software de simulação no ensino de Química. Nesse mesmo ano, realizaram-se experiências, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), utilizando simulação de fenômenos de Física com alunos de graduação. O Centro de Processamento de Dados desenvolveu um software para avaliação de alunos de pós-graduação em Educação, o SISCAI. E em 1982 esse software foi traduzido para computadores de 8 bits como CAIMI (CAI para microcomputador), foi utilizado no ensino do 2º grau pelo grupo de pesquisa da Faculdade de Educação (Faced).

Aconteceu, em 1974, a primeira visita de Seymour Papert e Marvin Minsky ao Brasil, quando lançaram as primeiras sementes das ideias do Logo. Em 1976, um grupo de professores do Departamento de Ciência da Computação produziu documento “Introdução a Computadores” (Takahashi, et al, 1976), financiado pelo Programa de Expansão e Melhoria de Ensino (Preme/MEC). Ainda em nesse ano foram iniciados os primeiros trabalhos com o uso do Logo com crianças.

Segundo Valente (1999), existem algumas abordagens quanto ao uso da informática na educação. A primeira refere-se ao uso do computador para o estudo de ciências da computação, ou seja, “alfabetização em informática”. Essa prática foi bastante divulgada nos Estados Unidos e era conhecida como “*computer literacy*” e tem sido a saída que muitas escolas no Brasil encontraram para a introdução do computador no processo ensino-aprendizagem. Isso seguramente possibilitará o aluno adquirir conhecimentos sobre computador, no entanto, na visão educacional, não modifica a maneira como as outras matérias

são ministradas. Outra abordagem popularmente usada nas escolas, é a utilização do computador em atividades extraclasse, com intuito de introduzir a informática na escola, contudo sem maiores modificações no método tradicional de ensino. Com certeza, essa abordagem não corresponde ao que entendemos como informática na educação e nem ao que esperamos dela (VALENTE, 1999).

O que se pretende com a informática na educação é que o docente seja de qual disciplina for tenha o domínio e conhecimento suficiente para que possa utilizar o computador em suas aulas, como mediador do processo de ensino e facilitador da aprendizagem, como enfatiza o autor a seguir:

“A Informática na Educação de que estamos tratando enfatiza o fato de o professor da disciplina curricular ter conhecimento sobre os potenciais educacionais do computador e ser capaz de alternar adequadamente atividades tradicionais de ensino-aprendizagem e atividades que usam o computador” (VALENTE, 1999, p.12).

Portanto, não se trata somente de utilizar o computador nas aulas, para informatizá-las, e sim de introduzi-lo de fato como mediador e facilitador do processo de aprendizagem em todas as disciplinas, saindo do tradicionalismo do ensino atual para buscar melhores resultados, investindo em métodos de ensino inovadores, que instiguem o educando a está constantemente na busca pelo conhecimento.

Nesse sentido, Valente (1999), explica que “o uso do computador pode assumir os dois papéis, continuar sendo usado como máquina de ensinar, apenas transmitindo as informações ao aluno, ou para proporcionar condições para que o aluno possa produzir seu próprio conhecimento”.

O uso do computador como método para transportar informações ao aluno não altera a metodologia que vigora nas escolas. Pois, o computador tem sido utilizado somente para modernizar as práticas de ensino atuais. Essa abordagem simplifica a introdução do computador nas escolas, uma vez que não interrompe ou altera a rotina pedagógica e nem as tradicionais práticas de ensino já assumidas pelas escolas, e ainda dispensa maiores investimentos na qualificação do corpo docente. Assim sendo, para o professor usar o computador é preciso apenas que ele consiga inserir e ejetar hardwares ou mesmo ser instruído para manusear alguns softwares. “Tanto o ensino tradicional quanto sua informatização preparam um profissional obsoleto” (VALENTE, 1999).

Ao longo desses anos foram desenvolvidas políticas públicas voltadas para o uso da informática na educação e formação de professores na área de tecnologia, para melhor atender as necessidades da comunidade escolar. Algumas dessas políticas, segundo Gomes e Andrade (2005, p.5):

Um dos primeiros projetos de Informática na Educação foi o **EDUCOM**, iniciado em 1984, financiado pelo MEC em parceria com os centros da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) e UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Esses centros implantaram cursos de sensibilização, extensão e especialização com objetivos de pesquisa e formação na área de informática educativa para professores do nível médio e superior. Outra política pública envolvendo a informática na educação e a formação de professores em TIC's foi o projeto FORMAR, em 1987, que teve a UNICAMP como responsável pelo seu primeiro curso *Latussensus*– 360 h. o objetivo desse curso era a formação de professores para implantação dos CIED (Centro de Informática na educação), vinculados as secretarias de Educação, escolas técnicas federais e centros de ensino superior.

Esse processo de transformação e informatização da educação e do ensino influenciados pelas novas tecnologias tem tomado enormes proporções, que nos faz refletir e levantar algumas indagações quanto eficácia do uso dessas tecnologias nas escolas e na educação de um modo geral, pois propõe uma reforma considerável no modelo e na metodologia de ensino (MORAN, 2013). No entanto, o que se percebe é que a mudança que essa reforma propõe quanto ao uso do computador como instrumento do processo de aprendizagem ainda é bem modesta, ou quase imperceptível.

As tecnologias por si só não provocam grandes mudanças na humanidade, mas sim o ser humano, e a sociedade como um todo quando se dispõe a aceitar e colaborar com as transformações ofertadas pelo mundo diariamente, tirando proveito da mesma, da maneira mais útil e sadia possível, de modo que sua utilização não só na educação, mas também na vida, venha somente contribuir para o crescimento pessoal e coletivo do homem, isso significa dizer que a mudança tanto tecnológica quanto social depende da personalidade e caráter de cada pessoa. Conforme demonstra Moran (2013, p.10):

Faremos com as tecnologias mais avançadas o mesmo que fazemos conosco, com os outros e com a vida. Se somos pessoas abertas, livres, iremos utilizá-las para nos comunicarmos mais, para interagirmos melhor. Se somos pessoas fechadas,

desconfiadas, utilizaremos as tecnologias de forma defensiva, medrosa. Se somos pessoas autoritárias, utilizaremos as tecnologias para controlar e aumentar nosso poder. Se somos pessoas superficiais e fúteis, ampliaremos o grau de dispersão, exibicionismo e banalidade. O poder de interação não está fundamentalmente nas tecnologias, mas em nossa mente.

Isso significa que nossas ações quanto ao uso da tecnologia refletem muito sobre nossa personalidade e caráter, através delas dizemos quem realmente somos como seres humanos, do que somos capazes e quais nossas limitações. A contribuição dos meios tecnológicos na nossa vida vai depender demasiadamente de como a levamos, tanto pessoal como coletivamente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O interesse pelo tema desse trabalho surgiu em 2010, quando participou-se de um grupo de estudo nesta instituição, fundado por um dos professores do curso de Licenciatura em Informática, o Grupo de Estudos das Tecnologias Educacionais - GETE. Na ocasião trabalhamos as diferentes mídias que poderiam ou eram usadas em sala de aula e desenvolvemos alguns projetos, como: Jornal Escolar Impresso, Livro Falado e Produção de Vídeos, durante a existência do grupo, que foram aplicadas numa escola pública do município de Codó. Daí então o interesse nesse tema, pois nesse período de pesquisa no GETE pudemos observar que a informática ou as mídias educacionais não eram utilizadas nas escolas, embora as escolas pesquisadas na época tivessem laboratórios de informática muito bem equipados, mas que raramente ou nunca eram utilizados pelos alunos. Percebemos também, que ainda que o professor tivesse interesse em utilizar as tecnologias em sala de aula, ele não tinha conhecimento algum, visto que eles não tiveram uma preparação prévia para utilizar tais tecnologias, ou seja, não tiveram uma capacitação adequada e que atendesse as necessidades do professor.

Nessa seção se apresenta o aporte metodológico empregado para a execução dessa pesquisa, bem como o desenvolvimento da sistemática proposta.

O presente trabalho foi construído com base no método de pesquisa exploratória, que segundo Gil (2008) “tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema. Envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Assume, geralmente, a forma de estudo de caso e pesquisa bibliográfica”, que é o tipo de pesquisa utilizada neste estudo.

Sendo assim, essa pesquisa compreende procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, pelo trabalho de levantamento de referências relacionadas a formação continuada de professores nas modalidades presencial e a distância, bem como o curso de Mídias na Educação.

Inicialmente foram realizadas pesquisas acerca da informática na educação em livros, revistas científicas e em site que tratam da temática, buscando informações, tais como: conceito, contexto histórico, implantação no país e leis que regulamentam o uso da informática na educação, com intuito de fazer-se entender como a informática está sendo utilizado na sala de aula, se como meio de modernização do processo tradicional de ensino ou como ferramenta pedagógica para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, como foi pensada pelos estudiosos no assunto.

Em seguida, buscou-se referências sobre formação continuada, incluindo, a trajetória da formação no Brasil, políticas que a regulamentam, formação docente, programas desenvolvidos pelo governo federal e cursos ofertados pelo MEC por meio das instituições de ensino superior e secretarias. A partir dessa pesquisa foi construído uma linha do tempo da formação continuada, onde podemos perceber que a formação continuada de professores não é algo recente, ou seja, ela vem sendo construída ao longo dos últimos séculos, desde a instrução primária, passando pelo estabelecimento e expansão da Escola Normal, pela organização dos Institutos de Educação, pela implantação dos curso de Pedagogia e Licenciaturas, pela substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica em Magistério até chegar ao advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia.

Após esse histórico, realizamos um levantamento quanto aos cursos formação continuada de professores oferecidos pelo MEC, Universidades e Secretarias de educação, onde encontramos diversos cursos, em nível de aperfeiçoamento e especialização, nas modalidades presencial e à distância. Vejamos, pois, alguns desses cursos: Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa; PróInfantil; Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor); Proinfo Integrado; Pró-letramento; Gestar II; Rede Nacional de Formação Continuada de Professores.

A partir daí aprofundamos nossos estudos na formação continuada de professores a distância, enfatizando sua importância na construção da educação brasileira, além de observar

a evolução da lei 9.363 de 1990, que trata das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), quanto ao ensino à distância e formação continuada de professores.

Posteriormente, a pesquisa intensificou-se em torno do curso de Mídias na Educação, disponibilizado pelo MEC por meio de parcerias com Universidades e secretarias de educação. Apresentando sua estrutura, funcionamento e abrangência. O Mídias é curso de estrutura modular, que possui três níveis de certificação, básico (de extensão), intermediário (de aperfeiçoamento) e avançado (de especialização) e como visto a seguir na figura 2 ocorre em grande parte do território brasileiro.

Nesse estudo acerca do Programa Mídias na Educação foram feitos levantamentos de modo a aprofundar o conhecimento no mesmo, entendendo seu funcionamento, dinâmica de organização e estrutura curricular de cada módulo. Buscamos informações sobre a aplicação do programa no estado do Maranhão, pois a proposta inicial do nosso trabalho era colher e analisar os dados do Mídias no âmbito do nosso estado, mas não obtivemos nenhum retorno por parte da instituição responsável, visto que o mesmo já havia sido extinto. Impossibilitando assim um estudo mais detalhado do Programa Mídias na Educação na esfera estadual e limitando a pesquisa aos dados fornecidos pelo Ministério da Educação numa escala federal, através do portal do MEC e de artigos e autores que tratam do assunto.

Como podemos perceber a pesquisa realizada é de cunho bibliográfico, devido à dificuldade de obter informações a respeito do Programa Mídias no Maranhão, tendo em vista que inicialmente faríamos um levantamento sobre a oferta do programa no estado, analisando os benefícios para prática docente e identificando as dificuldades enfrentadas pelos professores que participaram.

3.1 Programa de Formação Continuada de Professores Mídias na Educação

Esta sessão é inteira dedicada ao objeto de estudo deste trabalho, a seguir serão apresentados: estrutura, abrangência e o funcionamento do curso de especialização Mídias na educação. Observa-se abaixo o na figura 1 o logotipo do Programa.

Figura 1 – Logotipo do Programa Mídias na Educação.



Fonte: MEC, 2017

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância – MEC/SEED, em 2005, lançou o projeto básico do Programa de Formação continuada em Mídias na Educação, através da plataforma e-Proinfo, com intuito de capacitar 1200 multiplicadores e tutores de todos os estados brasileiros. Em 2006, foi ofertada a versão online do Ciclo Básico, que garante a certificação em extensão, no país inteiro, para dez mil profissionais de Educação Básica do Sistema Público de Ensino.

O Mídias na Educação é um programa de educação a distância que tem como público-alvo prioritariamente os professores de educação básica, sua estrutura é baseada em módulos, tendo como intuito primordial proporcionar formação continuada para o uso pedagógico de diferentes tecnologias da informação e comunicação. Como mencionado anteriormente o programa foi elaborado pela Secretaria de Educação a Distância, em parceria com universidades públicas e secretarias de educação, que são as responsáveis pela produção, oferta e certificação dos módulos e pela seleção e capacitação de tutores. (MEC, 2016)

Figura 2 – Mapa do Brasil, destacando os estados que possuem universidades em parceria com o Programa.



Fonte: Da autora

Como podemos observar na figura 2, entre as instituições colaboradoras e parceiras do programa estão as universidades, UFAC do estado do Acre, UFAL de Alagoas, UFAM do Amazonas, UNIFAP do Amapá, UESB da Bahia, UFC do Ceará, UNB do Distrito Federal, UFG de Goiás, UFMA do Maranhão, UFOP e Unimontes de Minas Gerais, UFMS do Mato Grosso do Sul, UFMT do Mato Grosso, UFPA do Pará, UFCG e UFDP do estado da Paraíba, UFPE e UFRPE de Pernambuco, UFPI do Piauí, UFPR do Paraná, UFRJ e UFRRJ do Rio de Janeiro, UERN e UFRN do Rio Grande do Norte, UNIR de Rondônia, UFRR de Roraima, CEFET, FURG, UFRGS e UFMS do Rio Grande do Sul, UFSE de Sergipe, USP de São Paulo e UFT do Tocantins.

Os principais objetivos do programa consistem em: destacar as linguagens de comunicação mais adequadas aos processos de ensino e aprendizagem; incorporar programas da SEED (TV Escola, Proinfo, Rádio Escola, Rived), das instituições de ensino superior e das secretarias estaduais e municipais de educação no projeto político-pedagógico da escola e desenvolver estratégias de autoria e de formação do leitor crítico nas diferentes mídias.

O curso de mídias na educação é dividido em módulos, os módulos são organizados em disciplinas e cada disciplina estruturada em três dimensões, considerando as mídias como: Objeto de estudo e reflexão; ferramenta de apoio aos processos de ensino e aprendizagem; meio de comunicação e expressão (produção e autoria).

O curso de especialização em mídias na educação tem como base a utilização de diferentes recursos que auxiliam a aprendizagem e a autoria nas diferentes mídias. Está estruturado em disciplinas ou módulos e cada disciplina representa um conjunto de conhecimentos e atividades destinados a uma mídia ou à aplicação das mídias integralizadas. Apresenta-se a seguir, na figura 3 a página inicial do curso de Mídias na Educação.

Figura 3 – Página inicial do curso de Mídias na Educação



Fonte: MEC, 2017

Os módulos ou disciplinas estudadas no decorrer do curso são divididos em três ciclos: básico, intermediário e avançado. Como observa-se no quadro 1, logo abaixo.

Quadro 1 – Ciclo Básico

CICLO BÁSICO
Módulo Introdutório Integração de Mídias na Educação
Módulo Gestão
Módulo Material Impresso
Módulo TV e Vídeo
Módulo Rádio
Módulo Informática
Oficina de TV e Vídeo: produzindo vídeos educativos
Educomunicação
Rádio na Escola
Linguagem Radiofônica
Módulo Básico Rádio e Política no Brasil
Novo Módulo Básico de Gestão

Fonte: Da autora

O ciclo acima descrito discute as definições de mídias e tecnologias, buscando compreender a evolução do conceito de mídias, apresentar novas nomenclaturas e faz refletir

sobre o objetivo das tecnologias da informação e comunicação aplicadas a educação. Além disso, investiga o ambiente que a informática proporciona aos docentes para apoiar as atividades de ensino e aprendizagem, apresenta os componentes básicos do computador, como os tipos de softwares, aplicativos e sistemas operacionais, utilizados no âmbito da educação, bem como compreender conceitos da internet, como características, segurança e serviços, que são considerados de suma importância para utilização do usuário, objetivando uma navegação segura, efetiva e rápida dos alunos e da escola.

E ainda discute o contexto social e educacional da televisão, apresenta alguns conceitos básicos de linguagem. Aborda o histórico da escrita desde os manuscritos até os primeiros impressos, a criação de textos e construção do conhecimento na internet, identificação das tecnologias utilizadas na escola e conceitos de tecnologias, mídias e gestão.

A seguir iremos apresentar a estrutura e objetivos de cada módulo do ciclo básico.

O Módulo **Introdutório Mídias na Educação** está estruturado de maneira a proporcionar uma visão geral quanto ao uso das mídias na educação. Procura fundamentar práticas pedagógicas, bem como discutir conceitos, potenciais e implicações da utilização das mídias na educação. Objetiva promover reflexões acerca das diferentes linguagens midiáticas e preparar o cursista para a compreensão do atual contexto educacional e do papel das mídias no processo de ensino e aprendizagem. Este módulo, que é distribuído em 4 etapas, recomenda atividades distintas para serem desenvolvidas individualmente ou com a cooperação dos colegas. Para isso, são oferecidos textos de apoio, leituras complementares e outros recursos. Quanto ao processo de avaliação do módulo, é importante mencionar que essa avaliação é feita de forma contínua, tencionando garantir a aprendizagem das habilidades sugeridas nos objetivos e dos conteúdos. Serão levados em consideração no processo avaliativo as participações dos cursistas nos debates (Fórum, Bate-papo) e nas atividades produzidas em grupo ou individualmente, além da elaboração do projeto final do Módulo Introdutório, que deverá ser concluído e apresentado ao final da última etapa.

Já o **Módulo Gestão Integrada de Mídias** dispõe uma visão geral sobre os conceitos de gestão e embasa práticas pedagógicas de utilização das mídias na escola. Neste módulo é feito um diagnóstico e desenvolvimento de um projeto relacionado a integração de mídias nas atividades didáticas. É dividido em 3 etapas e tem duração de 30 horas. No decorrer do módulo o cursista deverá dedicar em média 5 horas semanais aos estudos. As atividades serão dispostas

sequencialmente ao longo das três etapas. No processo de avaliação deste módulo serão considerados a qualidade na participação nos debates das atividades de interação, como fóruns e projetos desenvolvidos.

Este **Módulo Material Impresso** introduz alguns temas referente a utilização didática do material impresso. Sua duração é de 15 horas, correspondendo a 5 horas semanais de estudo. O módulo impresso é constituído de duas etapas, do Impresso às Hipermídias e Mídias Impressas na Sala de Aula.

Enquanto no **Módulo básico de TV e Vídeo** serão estudados assuntos relacionados a Tv e vídeos, tendo como objetivos discutir o contexto sócio-educativo da televisão e do vídeo, abordar os conceitos básicos relacionados a linguagem utilizada na televisão e apresentar as noções básicas em relação aos aspectos tecnológicos da produção de um vídeo. Para atingir tais objetivos o módulo foi dividido em duas partes: a primeira, onde será abordada a presença da televisão no contexto sócio-educativo e a linguagem televisiva; na segunda será apresentado as noções básicas de seus aspectos tecnológicos. Tem duração de 15 horas, que prever 5 horas de estudos por semana. A avaliação dos cursistas é feita a partir das interações realizadas nos fóruns e das atividades sugeridas nas seções “Para Fazer”, presentes nos textos das aulas.

Módulo Básico da Mídia Rádio, neste módulo será apresentado ao cursista uma ampla abordagem sobre o uso do rádio como recurso estimulador no processo de aprendizagem, hábil a potencializar circunstâncias que propiciem a comunicação e a construção do conhecimento. Para a mídia rádio foram organizados 12 módulos, no total, arquitetados por um conjunto de instituições de ensino superior (UFPE, USP, UFRGS, UFRPE e UFS), coordenados pela UFPE, destinados a auxiliá-los no método de utilização desse recurso tecnológico no desenvolvimento do processo de aprendizagem. A finalidade primordial deste é, aprender a utilizar o rádio como elemento integralizado ao dia-a-dia escolar e a outras mídias. A carga horária deste é equivalente a 15 horas de formação à distância. A avaliação do cursista deste programa Mídias na Educação será constante e acompanhará o seu processo de atualização, inserindo o mesmo numa Comunidade Virtual de Aprendizagem. Portanto, o desempenho do cursista não será considerado de forma isolada, mas sim observando o grupo do qual ele faz parte, com base nas interações realizadas em fóruns, diário de bordo e biblioteca.

Sequencialmente é apresentado o **Módulo Informática**, que tem o intuito de compreender o ambiente que a Informática proporciona aos docentes para colaborar nas

atividades de ensino e aprendizagem. O módulo considera três etapas: etapa 1 – computador; etapa 2 – Software; etapa 3 – Internet, estas propõem estudos e atividades a serem desenvolvidas durante três semanas. A carga horária estimada é de 5 horas para cada uma das etapas. No início de cada etapa o cursista encontra uma cidade virtual com prédios que devem ser visitados: Escola – dispõe de orientações para as atividades; Biblioteca – apresenta tutoriais preparados para apoiar o processo de aprendizagem; Shopping – contém um conjunto de tutoriais sobre a internet; Salão de jogos – inclui jogos educativos relacionados ao tema em estudo em cada etapa; Cinema – apresenta sugestões de vídeos para serem vistos durante as etapas; Café – nessa seção o cursista encontrará indicação para atividades de comunicação com a turma, que devem ser feitas utilizando as ferramentas de comunicação do e-proinfo.

Com o objetivo principal viabilizar meios que propiciem ao cursista compreender a relevância do vídeo e da TV, na qualidade de recursos educacionais, por meio de exposição, análise e produção os mesmos, respeitando os conteúdos previstos pelos parâmetros e diretrizes curriculares, o módulo **Oficina de TV e Vídeo: produzindo vídeos educativos** dispõe de um conteúdo composto por quatro unidades: O vídeo e Sua Importância no Contexto da Sala de Aula, Análise e Críticas de Vídeos, Elaboração de Pré-roteiro de Produção de Um Vídeo Didático de Curta Metragem e Planejamento e Produção de Vídeo Partindo do Pré-roteiro.

O módulo **Educomunicação** tem o intuito de conduzir o cursista a identificar e problematizar o ecossistema comunicativo de sua escola, tencionando a promoção do diálogo e expressão de todos os agentes que exercem função na mesma. Possui carga horária total de 15 horas. A avaliação é feita de acordo com a participação nos fóruns e cumprimento das atividades propostas.

No módulo **Rádio na Escola** o cursista é instigado a preparar um projeto que deverá ser implantado na escola. Objetiva integrar o projeto de rádio ao Projeto Político Pedagógico da escola, interpretar os conceitos de planejamento participativo, gestão democrática e escola cidadã, além de conhecer experiências com rádio na escola.

Já o módulo **Linguagem Radiofônica** é constituído de cinco tópicos: Ecologia sonora, Paisagens de sons, Saúde auditiva, Características marcantes da linguagem radiofônica e Matrizes da linguagem radiofônica. Esse módulo tem como objetivo principal integralizar as mídias sonoras ao espaço didático-pedagógico da escola. Com carga horária total de 30 horas.

A avaliação deste é feita por meio do cumprimento de três atividades obrigatórias que são ofertadas ao longo do módulo.

E para finalizar o ciclo básico, apresentamos o **Módulo Rádio e Política no Brasil**, este é formado por três itens: O rádio como instrumento para governar, Legislação brasileira de radiodifusão e Tipos de concessão. Tem como intuito primordial promover a reflexão do cursista acerca da relação entre o rádio e a política no país, além de, explorar a trajetória do Rádio no Brasil, identificar os tipos de concessão de rádio e instigar a inter-relação entre escola e rádios locais, principalmente educativas e comunitárias.

Quadro 2 – Módulos do Ciclo Intermediário

CICLO INTERMEDIÁRIO
Módulo Material Impresso
Módulo TV e Vídeo
Módulo Rádio
Módulo Informática
Produção de textos didáticos
Gêneros televisivos
Uso pedagógico de ferramentas de interatividade
Mídia impressa – mapas, gráficos e tabelas
Ferramentas de autoria para produção hipertexto na educação
Texto e Hipertexto na educação

Fonte: Da autora

Os módulos do ciclo intermediário abordam a tecnologia educativa e as correlações entre ela, a pedagogia de projetos e metodologia de trabalho para desenvolvimento de projetos voltados para educação. O ciclo apresenta o rádio e seu contexto histórico, as mudanças de tecnologias e formato no decorrer dos anos e as possibilidades para criação de uma rádio na escola, além de estimular o conhecimento de gêneros textuais da mídia impressa, favorece reflexão sobre sua utilização em práticas didático-pedagógicas. Explora o conceito de informática discernindo os componentes do processo de ensino e aprendizagem, discute o conceito de recursos didático e a contribuição da informática na educação, idealizando a integração entre docentes e alunos.

No **Módulo Material Impresso**, que é composto por três etapas, o cursista encontrará leituras, momentos de reflexão, atividades individuais e em grupo, bem como debates sobre suas reflexões, feitas através de fóruns e bate papo. Com o propósito de propiciar uma visão

geral dos gêneros textuais, conhecer alguns gêneros textuais da mídia impressa e de suas especificidades e estimular a criação de atividades de leitura e produção de textos da mídia impressa fundamentada na noção de gênero textual.

O **Módulo TV e Vídeo** tem como objetivos apresentar as ligações entre tecnologia, tecnologia educativa e currículo, produzir pensamento crítico a respeito da introdução da tecnologia da informação e comunicação no currículo escolar e entender sobre pedagogia de projetos, metodologia de trabalho para criar/aprimorar projetos audiovisuais educativos.

Já no **Módulo Rádio** o cursista é convidado a conhecer a importante história desse veículo de comunicação, observando as mudanças tecnológicas as quais ele sofreu e suas relações com a sociedade. Este, inclui apresentar o rádio na criação de ecossistemas de comunicação, estudar a história do rádio, a evolução de tecnologia, formatos e conteúdos no decorrer dos anos e suas implicações, fazer contextualização das utilizações do rádio: aspectos sociais, culturais e educativos, além de apresentar perspectivas para implantação de uma rádio na escola. O módulo dispõe de cinco atividades obrigatórias, oferecidas ao longo dos subtópicos do conteúdo programático.

No **Módulo Informática** o conteúdo é dividido em três etapas: O processo ensino-aprendizagem, que se identifica pela junção de atividades de alunos e dos professores; Recursos Didáticos, apresenta os recursos didáticos como auxiliar no trabalho do professor; O computador como recurso didático, trata o computador e as demais tecnologias como um subsídio na prática escolar, que contribui bastante no processo de aprendizagem.

Produção de textos didáticos, esse módulo discute diversos pontos relacionados as características de textos didáticos e sua produção. Tem como objetivo principal assinalar aspectos teóricos e práticos da comunicação educativa nos textos didáticos e da utilização integrada da linguagem escrita, visual, audiovisual, sonora e virtual, na sua elaboração, especialmente nos processos de ensino e aprendizagem que mediam. Além, de conceituar textos didáticos, descrever questões de gênero textual didático, como gênero mediacional e discernir dimensões de aprendizagem, da compreensão de textos e da mediação pedagógica neles produzidas e com eles realizadas.

O **Módulo Gêneros Televisivos** procura fazer uma reflexão sobre o que pode se chamar de “gramática televisiva”, está estruturado em 5 tópicos: Gêneros televisivos, Gêneros e práticas sociais, Função social dos gêneros televisivos, Planos de realidades e gêneros

televisivos e As narrativas seriadas. A carga horária total do mesmo é de 15 horas. A avaliação será feita a partir das 3 atividades apresentadas ao longo das 5 etapas desse módulo.

Com o objetivo de compreender as possibilidades de interatividade das ferramentas de informática para auxiliar as atividades de ensino e aprendizagem, o módulo **Uso pedagógico das ferramentas de interatividade** é composto por 3 etapas que sugerem estudos e atividades para serem desenvolvidos durante três semanas. A carga horária estimada é de 5 horas para cada uma das etapas: Correio eletrônico: o *e-mail*; Comunicação assíncrona: fórum e lista de discussão; Comunicação síncrona: *chat* e videoconferência.

No módulo **Mídia Impressa-gráficos, mapas e tabelas** o conteúdo estudado é composto por três etapas, e em cada uma delas o cursista encontrará leitura, possibilidades reflexão, atividades (individual e em grupo) e debates das suas reflexões através dos fóruns e *chat*, além de poder publicar textos, mapas, gráficos e tabelas nas ferramentas Diário de Bordo e Biblioteca do Aluno. A finalidade deste é, adquirir noção de espaço e localização, reproduzir e interpretar mapas, observar e interpretar informações obtidas da leitura de gráficos e tabelas para a construção de textos complementares, analisar informações contidas em um texto para a produção de gráficos ou tabelas que traduzam o texto e por fim, selecionar, organizar, relacionar e interpretar dados e representa-los de diferentes formas.

Módulo Ferramentas de autoria para a produção de hipertexto na educação, este tem como finalidade estudar algumas ferramentas de autoria que propiciem autonomia ao professor, para que ele produza seu próprio material didático. O módulo considera três etapas: Fundamentos de hipertexto, Produção de páginas *web* e *Wiki*, que sugerem estudos e atividades para serem desenvolvidas ao longo de seis semanas. Estima-se que a carga horária de trabalho será de 10 horas para cada etapa do módulo.

Dando continuidade ao módulo anterior apresentamos o módulo **Texto e Hipertexto na educação**, o mesmo trata da relação entre a língua falada e língua escrita e suas implicações no ensino da Língua Portuguesa. É constituído por três etapas: Conceito e caracterização e desconstrução de textos e hipertextos, Hipertextos na produção de textos, O uso de textos e Hipertextos em sala de aula e Exemplos de aplicação de texto e hipertexto na educação, onde o cursista encontrará leituras, *links* complementares para o enriquecimento do tema, atividades coletivas e individuais. A carga horária total é de 30 horas, correspondentes a 10 horas semanais de estudos.

Recursos de Áudio na Web, neste módulo será apresentado ao cursista ferramentas que possibilitará conhecer o universo radiofônico, desde a concepção e produção dos programas até a execução, divulgação e arquivamento de suas produções. Os principais objetivos desse módulo são: indicar possibilidades de áudio na *web*, direcionada à educomunicação, conhecer a mídia radiofônica para sua aplicação na mídia *internet*, propiciar acesso a mais uma ferramenta interativa da *web*, fazer com que os professores tenham conhecimento do uso de *softwares* livres e suas aplicações e analisar o uso do *podcast* (uma mídia que transmite informações, é basicamente um conteúdo de áudio ou vídeo, transmitido via RSS) como ferramenta para a educomunicação.

Quadro 3 – Módulos do Ciclo Avançado

CICLO AVANÇADO
Convergência das Mídias
Linguagem da mídia impressa: Virtual e Escrita
Multimídia educacional e softwares de autoria
Vivenciando o desenvolvimento de projeto com mídias integradas na educação
O uso de <i>blogs</i>, <i>flogs</i> e <i>webquest</i> na educação
Planejamento, gestão e avaliação do uso das mídias na educação
Cordel
A imagem na mídia impressa
Histórias em quadrinhos e charges
Gêneros de Entretenimento
Propaganda e Publicidade
Módulo Avançado 2 - Serviços de Radiodifusão
Metodologia da Pesquisa Científica
Gêneros Educativos
Gêneros Informativos na TV
Aspectos Políticos da Televisão
Metodologia de Pesquisa Científica
Oficina de TV e Vídeo: Produzindo vídeos educativos
Multimídia Educacional e Softwares de Autoria

Fonte: Da autora

O terceiro e último ciclo abrange o desenvolvimento de um projeto, definição de novas abordagens e de novas metodologias e a conclusão, com base no conteúdo abordado. Além do projeto, aborda-se a linguagem da mídia impressa e visual, o acesso e domínio das

linguagens de informação e comunicação a professores e alunos de escolas públicas, as possibilidades educacionais da internet e dos softwares, para o fortalecimento do ensino, a compreensão quanto ao funcionamento de ferramentas de criação que existem na *web*, papéis dos professores, alunos e de todos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Iniciamos o ciclo avançado com o módulo **Convergência das Mídia**, onde são discutidas as potencialidades de convergência de mídias na educação, assim como os papéis dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, alunos, professores e demais profissionais da educação, como autores e *designers* de projetos que integrem os meios de comunicação na prática pedagógica, buscando proporcionar a reflexão sobre as possibilidades de utilização no contexto escolar. São objetivos desse módulo: abordar conceitos emergentes relacionados a comunicação, mobilidade, ubiquidade e convergência de mídias e contribuir com a compreensão das diferentes possibilidades de uso pedagógico, favorecendo a reconstrução da prática, debater as implicações que envolvem o processo de ensino e aprendizagem, contribuir para a criação de circunstâncias que despertem no profissional a motivação para o uso integrado das mídias e tecnologias em suas práticas, além de, entender os papéis de alunos, professores e demais envolvidos na comunidade escolar como autores e interlocutores. O processo de avaliação é continuado vislumbrando garantir o desenvolvimento integrado da aprendizagem e das competências. Na avaliação serão considerados, a participação do cursista nos debates (fórum e bate-papo) e nas atividades desenvolvidas individual ou coletivamente.

O módulo **Linguagem da mídia impressa: escrita e visual** é parte do esforço pela busca de garantia de acesso e domínio das linguagens de informação e comunicação a educadores e educandos das escolas públicas brasileiras, como suporte para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem e construção de cidadania. Procura-se a incorporação, diversificação e integração de linguagens, suportes e meios de comunicação, a leitura crítica, a mediação pedagógica, o estímulo à autoria de diferentes mídias, novas competências, novos olhares e novos saberes sobre as mídias, novas possibilidades de expressão, autonomia e criatividade no ensinar e aprender. O módulo é constituído de três etapas, Linguagem escrita e visual, Noções básica de planejamento visual e Criação de impressos com a tecnologia digital. Aborda primordialmente o tema, programação visual de páginas impressas. O cursista conhecerá as origens da arte gráfica e as principais características da composição gráfica abrangendo textos e imagens.

Desse modo continuamos os estudos acerca das mídias, agora com o módulo **Multimídias educacionais e softwares de autoria**, este tem o intuito de entender as várias possibilidades educacionais da internet e diversos *softwares*, para aprimoramento do ensino em sala de aula, dos professores de diversas áreas, apresentando alternativas de utilização, um histórico da educação a distância, os benefícios do uso da multimídia na educação e softwares educacionais. O módulo é constituído por três etapas, Multimídia educacional, Mapas conceituais e outras ferramentas e Jogos, Simulações e *Softwares*, que sugerem atividades para serem desenvolvidas ao longo de três semanas. A carga horária estimada de estudos desse módulo é de 15 horas, dividido entre as três etapas.

O Módulo **Vivenciando o desenvolvimento de projeto com mídias integradas educação** tem como objetivos, investigar o processo de produção de projetos didáticos, utilizando de forma integrada as diversas mídias (rádio, televisão, impresso, sítios *web*), auxiliar a elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC) do Ciclo Avançado, por meio de orientações e atividades relacionadas ao projeto didático e a monografia, contribuir para formação de profissionais em educação capazes de produzir projetos e estimular a produção dos estudantes nas diferentes mídias, além de, levar os docentes a refletirem criticamente sobre sua própria prática e do papel desempenhado pelas tecnologias de comunicação na criação de um novo ambiente educacional. A carga horária desse módulo é de 30 horas, distribuído em 9 meses, ou seja, o mesmo não será oferecido de forma compactada, mas sim concomitantemente aos demais módulos e ao processo de construção do trabalho de conclusão de curso.

O módulo **uso de blogs, flogs e webquests na educação** é constituído de três etapas, que propõem estudos e atividades para serem desenvolvidas durante três semanas. Tendo por objetivo: entender as essas ferramentas de criação disponíveis na internet; aprender como se cria e utiliza *Blog, Flog/Vlog e Webquest* como forma de experimentação destas ferramentas; conhecer os vários provedores que possuem estes serviços na *web*; apreciar e debater sobre seu uso educacional; criar e publicar projetos para utilização da forma interativa e colaborativa. A carga horária de trabalho estimada é de 15 horas.

Módulo Planejamento, gestão e avaliação do uso das mídias na educação, este é constituído de três etapas, Gestão do Sistema Midiático, Planejamento do Sistema Midiático e Gestão do projeto de mídias educativas e políticas públicas, esse módulo visa planejar, implementar e implantar projetos direcionados para gestão do processo de aprendizagem, mediados com o suporte das principais tecnologias da informação e comunicação nos diversos

cenários educacionais, além de, desenvolver competências que que oportunizem a gestão de sistemas abertos e mediados nos diversos níveis de ensino. A carga horária desse módulo é de 10 horas semanais, totalizando 32 horas de estudos. Na avaliação do cursista é levado em consideração as interações realizadas em fóruns e as atividades sugeridas nas seções específicas, presentes nos textos das aulas.

No **Módulo Cordel** o cursista conhecerá um pouco mais essa literatura, explorando as três etapas que compõem este módulo: na primeira etapa, o cursista irá conhecer um pouco da história do cordel, a relação dessa literatura com outras manifestações culturais típicas de sua região, além de compreender a importância de se considerar as histórias de vida de professores e alunos no desenvolvimento desse trabalho; na segunda etapa, o cursista é instigado a relacionar o cordel com os demais gêneros textuais, além de refletir sobre modelo de letramento adotado em sua escola; e na terceira e última etapa, é sugerido que o cursista planeje um trabalho para a sua sala de aula no qual resgate uma perspectiva carnavalesca do cordel e da transversalidade.

O módulo estudado a seguir trata da imagem e suas possibilidades na mídia impressa.

A **imagem na mídia impressa**, três etapas compõem este módulo, de forma a possibilitar o contato com as formas através das quais imagem e palavra estabelecem inúmeras relações. Cada etapa compreende 15 horas de estudo. Na primeira etapa o cursista conhecerá as potencialidades da imagem como campo do saber, as formas de conhecer e aprender sobre os aspectos da realidade, a partir do quadro *O Grito do Ipiranga* de Pedro Américo. Na segunda etapa, tratará da Leitura da Imagem, enfatizando o campo textual e escrito da imagem. Nesse sentido, são considerados aspectos relevantes nesse processo, tanto os de ordem cultural quanto da imagem em si, com base numa fotografia de uma família judaica analisada. Na terceira etapa, será feita uma discussão a respeito do suporte e percepção da imagem. Uma pergunta perpassa todo este momento: “quais as consequências para a leitura da imagem quando esta é transposta para outro suporte que não é o seu de origem?”.

Vejamos agora o **módulo Histórias em quadrinhos e charges**, nesse módulo trataremos do uso didático de histórias em quadrinhos e charges. A sua duração total é de 15 horas, que correspondem a 5 horas semanais de estudos. O módulo está estruturado em duas etapas: a primeira intitulada Quadrinhos e charges como impressos icônicos, nesta etapa será feito um estudo relacionado à origem dos quadrinhos, o seu surgimento até a atualidade.

Ressaltando a sua importância em nossa cultura, por representar um meio de comunicação com linguagem própria e que pode ser usada em sala de aula. Será abordada também sua estrutura como elementos educativos eficientes; E a segunda, Transformação de textos em imagens visuais: nesta etapa conheceremos o processo de criação de histórias em quadrinhos (HQ) e charges que conjuga dois elementos básicos na comunicação: o desenho e a palavra. Com o intuito de oferecer meios para integração desses elementos no cotidiano escolar, apresentando uma reflexão didático-pedagógica de sua potencialidade e de sua utilização no ambiente escolar. Tem como objetivos favorecer a reflexão sobre o gênero HQ e charges, considerando a linguagem, a estrutura, a função e universos em que são propagados; estimular a construção de uma HQ, a partir da invenção do argumento, sua sequência, elaboração do roteiro, do planejamento, definição dos personagens, os passos para realização gráfica, entre outros; mostrar possibilidades de uso da HQ e charges no ambiente escolar, incrementando a prática pedagógica (MEC, 2017).

Propaganda e Publicidade, o presente módulo é dividido em quatro etapas: A importância da propaganda na sociedade, A agência de propaganda e a peça publicitária, Recursos para seduzir o consumidor e A utilização da propaganda em sala de aula. Dessa forma este pretende alcançar os seguintes objetivos, discutir a propaganda na sociedade atual e conhecer seu funcionamento discursivo. A carga horária total desse módulo é de 15 horas de estudos. Além das atividades para obter a avaliação formal o cursista pode optar por desenvolver os demais exercícios disponíveis no módulo.

Os oito últimos módulos, assim como o módulo Gênero de Entretenimento não estão mais disponíveis no endereço eletrônico <http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/#>, as páginas de acesso desses módulos estavam dando erro, portanto não pudemos colher as informações dos mesmos.

As instituições que ofertam o curso de mídias na educação geralmente têm seu próprio ambiente virtual de aprendizagem (AVA), entretanto, o conteúdo estudado e trabalhado é basicamente o mesmo.

Existem três níveis de certificação, que compõem os ciclos de estudo: o básico, de extensão, com 120 horas de duração; o intermediário, de aperfeiçoamento, com 180 horas; o avançado, de especialização, com 360 horas.

As disciplinas, duração e carga horária supracitados são baseadas no curso a distância do ambiente virtual do MEC, disponibilizado no portal do MEC no endereço

<http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao>, as mesmas podem variar de acordo com a instituição parceira (universidade) que está ofertando o curso, podendo também oferecer parte do curso na modalidade presencial.

Em 2010, o Mídias na Educação foi incorporado a UAB, passando por uma reforma curricular para se adequar as diretrizes do novo agente financiador (CAPES/MEC). O Curso ficou organizado da seguinte forma, depois da reforma: Formação Básica (210h) e Formação Complementar (240h), totalizando 450h, desenvolvidas em 18 meses. Essas 450 horas são constituídas de, 90 horas de monografia e 75 horas de encontros presenciais obrigatórios, que corresponde a 20% da carga horária básica, onde atividades teórico/práticas serão desenvolvidas individualmente ou em grupo. (CAPES, 2017)

As 360 horas de disciplinas, são exclusivamente reservadas para atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem e seus momentos presenciais, concretizando a disciplina monografia. O título de Especialista em Mídias na Educação será concedido, mediante a aprovação nos três semestres de estudos e na defesa da monografia. O curso está sendo realizado em parceria com a UAB/CAPES/MEC, incumbida pela produção de conteúdos e financiamento do curso, e com as Secretarias Estaduais e Municipais.

O currículo apresentado acima é de fundamental importância para a prática docente contemporânea, pois aborda conteúdos de caráter tecnológico que podem tornar a prática mais atraente e o ensino mais eficaz. Este currículo busca capacitar o professor para uso pedagógico das tecnologias hoje disponíveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi fazer uma análise de forma sucinta do Programa de Formação Continuada Mídias na Educação, bem como apresentar a evolução e as políticas voltadas para formação continuada de professores, formação continuada de professores a distância e enfatizar a importância da informática no processo ensino/aprendizagem.

Ao longo da fundamentação teórica traçou-se uma linha do tempo, destacando alguns períodos que marcaram a Formação Continuada no Brasil, tanto os acontecimentos históricos como as políticas públicas que foram desenvolvidas no decorrer desses períodos.

Em seguida foram abordados conceitos de Formação, onde Fabre (1992) esclarece que o termo formação não deve ser confundido com os termos educação e instrução, ainda que estejam próximos, tendo em vista que a formação tem finalidade e características distintas, e que lhes são próprias. Apresentemos ainda alguns programas que foram criados nas últimas décadas e os que existem atualmente, e são disponibilizados pelo MEC, suas estruturas e funcionamentos.

Na sequência ressaltou-se a Formação Continuada à distância, lembrando da sua importância e da sua grande contribuição para a educação brasileira, enfatizando os programas nessa modalidade de ensino e apresentando as leis que amparam a EAD no país. Dentre os programas mencionamos o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, que é constituído por instituições públicas que oferecem cursos de nível superior, na modalidade de ensino a distância, com intuito de democratizar e interiorizar o acesso a um ensino superior público de qualidade.

Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do desenvolvimento do trabalho quanto ao levantamento de dados do objeto de estudo a nível estadual, foi possível fazer um estudo, mesmo que de forma sintética, acerca dos programas de formação continuada. Embora não se tenha conseguido atingir os objetivos iniciais da pesquisa, que seria dentre outros, apresentar dados do Programa para que se pudesse observar como vem sendo a aplicação deste no Maranhão e no Brasil. Dessa maneira, trabalhamos apenas com informações disponibilizadas pelo MEC e por algumas instituições de ensino superior como a UAB, UFOP e FURG.

No entanto, os obstáculos enfrentados e as dificuldades em obter informações sobre o Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação no decorrer deste trabalho

possibilitam o desenvolvimento de posteriores pesquisas sobre o assunto, de forma a atribuir informações e dados que não conseguimos atingir nesta, contribuindo de maneira significativa com a educação e a formação de professores no estado do Maranhão e no Brasil.

Buscou-se com esse trabalho fazer uma análise da formação de professores no Brasil, fazendo um breve histórico desde os primeiros cursos oferecidos para os docentes até os cursos de formação atuais. Observando a evolução dos cursos e das políticas públicas voltadas para a formação docente. E não poderia deixar de ressaltar que a formação de professores é um fato não obstante as questões de condições de trabalho que permeiam a carreira docente. Nessa perspectiva, as condições de trabalho desse profissional podem anular a ação do mesmo, ou seja, mesmo que fossem bem preparados, com cursos de especialização e capacitação, as condições tornam uma boa formação inviável, haja vista que os docentes lidam com a falta de estímulo quanto a busca por cursos de formação docente.

Apesar dos obstáculos encontrados pelos professores na busca pelos cursos de formação, vale lembrar que muito já se evoluiu quanto essa questão, pois com avanço tecnológico dos últimos anos, atualmente existem inúmeros cursos de formação, tanto público como particular, nas modalidades presencial e a distância. O Ministério da Educação oferece gratuitamente cursos de formação continuada para docentes em nível de capacitação, aperfeiçoamento e de especialização, como: o Formação no Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, PróInfantil, Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, Proinfo Integrado, Gestar II, entre outros, oportunizando milhares de professores da educação básica da rede pública de ensino, contribuindo de maneira quantitativa e qualitativa para melhoria do ensino. Embora acreditamos que a formação docente não seja o único eixo norteador para uma educação de qualidade, várias e importantíssimas condições contribuem e envolvem uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

- DRUCKER, Peter Ferdinand. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Futura, 1999.
- FABRE, Michel. **Penser La Formation**. Paris: Presses Universitaires France, 1994.
- GARCIA, Carlos Marcelo. Formação de professores para uma mudança educativa. Porto: Porto editora, 1999.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MORAN, José Manuel. Novas tecnologias e mediação pedagógica/José Manuel Moran, Marcos T. Masseto, Maria Aparecida Behrens. – 21 ed. Ver. E atual. – Campinas, SP: Papirus, 2013. – (Coleção Papirus Educação)
- NÓVOA, Antônio. **Formação de Professores e Profissão Docente**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- PINTO, Carmem Lúcia Lascano. BARREIRO, Cristhianny Bento. SILVEIRA, Denise do Nascimento. **Formação Continuada de Professores: Ampliando a compreensão acerca deste conceito**. Revista Thema. 2010/07(1).
- VALENTE, José Armando. **O computador e a sociedade do conhecimento**. São Paulo: UNICAMP/NIED, 1999.
- VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- SAVIANI, Demerval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. In: 31ª Reunião Anual da ANPEd. Revista Brasileira de Educação v.14, n.40. janeiro/abril. 2009.

BRASIL. Página oficial da Universidade Federal do Rio Grande. “**Mídias na Educação – Pós-graduação a distância**”. Disponível em: <<http://www.uab.furg.br/html/pages/midias/2013/estrut.html>>. Acesso em: 03/11/2016.

BRASIL. Fundação Capes. Ministério da Educação. “**Programa Mídias na Educação terá nova estrutura curricular**”. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/36-noticias/2902-programa-midias-na-educacao-tera-nova-estrutura-curricular>>. Acesso em: 06/12/2016.

BRASIL. Página oficial InfoEscola. Lucila Conceição Pereira. “**Método Lancaster**”. Disponível em: <www.infoescola.com/pedagogia/metodo-lancaster/> Acesso em: 22/11/2017.

BRASIL. Página oficial da Universidade Federal de Ouro Preto. CEAD - Centro de Educação Aberta e a Distância. “**Mídias na Educação**”. Disponível em: <<http://www.cead.ufop.br/index.php/posgraduacao/midias-na-educacao>>. Acesso em: 12/06/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. “**Site oficial do Programa Mídias na Educação**”. Disponível em: <<http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/>>. Acesso em: 17/06/2017.

BRASIL. Página oficial do MEC. “**Mídias na Educação**”. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/midias-na-educacao>>. Acesso em: 30/05/2017.

BRASIL. **Guia de orientações básicas sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: <http://abecin.org.br/data/documents/Guia_UAB_Interativo.pdf>. Acesso em: 22/07/2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Legislação Federal do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 19/08/2016.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre a regulamentação do art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Legislação Federal do Brasil, Brasília, DF, 19 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 20/12/2016.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o **Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB**. Legislação Federal do Brasil, Brasília, DF, 08 jun. 2006. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004- /2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em: 22/04/2017.

BRASIL. Portaria n.º 4.059, de 10 de dezembro de 1999. **Dispõe a Criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED) no Ministério da Educação.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf> Acesso em: 22/04/2017.